

Dossiê “Faculdade de Formação de Professores: 50 anos formando formadores”

O ENTRELAÇAR DAS EXPERIÊNCIAS DE TRÊS EDUCADORAS NA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ

The interlacing of the experiences of three educators at the teacher training faculty at UERJ

El entrelazamiento de las experiencias de tres educadores en la facultad de formación docente de la UERJ

Bianca de Macedo Abreu 

Flaviane Coutinho Neves Americano Rego 

Vânia Finholdt Ângelo Leite 

RESUMO

O texto apresenta a narrativa pessoal e profissional de três educadoras na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, articulando-as com as provocações das Resoluções de Formação de Professores de 2015 e 2019. Duas narrativas trazem as experiências, vivências e reflexões de estudantes dos Cursos de Letras e Pedagogia, outra aborda a docência no Curso de Pedagogia. As educadoras integram o Programa de Pós-graduação em Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais. O estudo embasa-se em Josso, trazendo as narrativas como metodologia de produção de conhecimento na formação e atuação docente. Constatamos que as três narrativas permeiam a formação epistemológica e biográfica no entrelaçar das experiências de vida e formação. Além disso, as educadoras se colocam como aprendentes, capazes de compreender a historicidade que se realizam ao longo da vida, produzindo teorias e conhecimentos sobre seus modos de fazer, de ser e de aprender.

Palavras-chave: Faculdade de Formação de Professores da UERJ; Resoluções de Formação de Professores; Experiências; Narrativas.

ABSTRACT

The text presents the personal and professional narrative of three educators at the Faculty of Teacher Training of the State University of Rio de Janeiro, articulating them with the

provocations of the 2015 and 2019 Teacher Training Resolutions. Two narratives bring the experiences and reflections by students of the Literature and Pedagogy Courses, another addresses teaching in the Pedagogy Course. The educators are part of the Graduate Program in Education: Training Processes and Social Inequalities. The study is based on Josso, bringing narratives as a methodology for producing knowledge in teaching training and performance. We found that the three narratives permeate the epistemological and biographical formation in the interweaving of life and formation experiences. In addition, the educators position themselves as learners, capable of understanding our historicity that takes place throughout life, producing theories and knowledge about their ways of doing, being and learning.

Keywords: Faculty of Teacher Training at UERJ; Teacher Education Resolutions; Experiences; Narratives.

RESUMEN

El texto presenta la narrativa personal y profesional de tres educadores de la Facultad de Formación de Profesores de la Universidad del Estado de Río de Janeiro, articulándolas con las provocaciones de las Resoluciones de Formación de Profesores de 2015 y 2019. Dos narraciones traen las vivencias, vivencias y reflexiones de estudiantes de los Cursos de Literatura y Pedagogía, una otra aborda la docencia en el Curso de Pedagogía. Los educadores forman parte del Programa de Posgrado en Educación: Procesos de Formación y Desigualdades Sociales. El estudio parte de Josso, trayendo las narrativas como metodología para la producción de conocimiento en la formación y actuación docente. Encontramos que las tres narrativas permean la formación epistemológica y biográfica en el entrecruzamiento de experiencias en vida y formación. Además, los educadores se posicionan como aprendices, capaces en comprender nuestra historicidad que transcurre a lo largo de la vida, produciendo teorías y conocimientos sobre sus modos de hacer, ser y aprender.

Palabras clave: Facultad de Formación Docente de la UERJ; Resoluciones de Formación Docente; Experiencias; Narrativas.

Introdução

Apresentamos neste texto a narrativa pessoal e profissional de três educadoras que têm uma trajetória formativa no Ensino Superior na Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), campus localizado na cidade de São Gonçalo, na qual duas estudam e uma trabalha. Pretendemos articular as experiências com as provocações das

Resoluções de Formação de Professores de 2015 e 2019, assim como, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação em vigência na época dos cursos realizados.

Esse estudo se justifica porque as experiências pessoais são forjadas na interação com outras pessoas e em um contexto social. Segundo Josso (2010), a experiência implica a pessoa na sua globalidade de ser psicossomático e sociocultural, pois sempre comporta as dimensões sensíveis, afetivas e conscienciais, nos fazendo acreditar que das experiências provém transformações. Para a autora, as experiências são as vivências particulares dos sujeitos e, à medida que estes são capazes de refletir sobre o que se passou e sobre o que foi observado, tais vivências atingem o status de experiências quando há transformação.

Josso (2010) também utiliza o conceito de experiências formadoras do sujeito e da profissão como aquelas que são significativas e orientam a construção da narrativa, a saber: Como foi a formação? Como se formou? Por estarmos comemorando os 50 anos da Faculdade de Formação de Professores, consideramos pertinente registrar as experiências e vivências em uma das unidades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. As narrativas são apreciadas à luz de Josso (2010), porque nos coadunamos com a autora quando esta afirma que uma prática narrativa, qualquer que seja a forma, oferece uma possibilidade de experiência, de autoconsciência, por meio de nosso alter ego e nossas responsabilidades, como sujeitos envolvidos no que já existe e no futuro próximo.

As narrativas são descritas por cada autora com marcas/vivências singulares que deu sentido a sua formação. Portanto, pela reflexão das vivências e pela transformação destas na constituição de quem as viveu, classificamos com experiências formadoras. Logo, compartilhamos estas neste trabalho, considerando que o ponto de vista de cada pessoa que é diferente por afetar o indivíduo de forma singular. Cada uma vivenciou em uma época histórico social diferente. Somente a partir do ano de 2022 é que estamos vivenciando juntas um processo formativo nesta instituição. Por isso, nem todas mencionaram os mesmos aspectos em relação ao processo de ensino-aprendizagem, projeto político pedagógico de curso , entre outros.

Diante disso, nortearmos o texto com a seguinte questão: quais os pontos relevantes na perspectiva das narradoras que marcaram seu percurso pessoal e profissional por estudar e ministrar aulas na FFP?

Da Constituição da Faculdade a estrutura atual

A FFP foi fundada em 1973, como uma faculdade isolada, pública e paga, passando por muitas dificuldades para manter o corpo docente e a construção do seu projeto político pedagógico voltado para formação de professores. Depois de muitas lutas, em 1987, a FFP foi vinculada à UERJ, necessitando passar por adaptações e transformações no seu projeto político pedagógico para se adequar as demandas sociais e educacionais do momento.

Quanto a sua organização curricular, desde o 1º semestre do curso, os graduandos tinham disciplinas de formação pedagógica que se articulavam à habilitação específica de seu curso. Essa proposta pode ser considerada pioneira, porque era uma organização curricular determinada somente em 2002 pela Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CP n. 1/2002, por exemplo: “IV - os conteúdos a serem ensinados na escolaridade básica devem ser tratados de modo articulado com suas didáticas específicas” (BRASIL, 2002, p. 2).

Em 2023, 50 anos após sua inauguração, a FFP conta com 7 cursos de graduação: (i) Ciências Biológicas; (ii) História; (iii) Geografia; (iv) Língua Inglesa; (v) Língua Portuguesa; (vi) Pedagogia; e (vii) Matemática. Possui 5 cursos de Especialização em: (i) Educação Básica; (ii) Estudos Literários; (iii) Língua Portuguesa; (iv) Dinâmicas Urbanas-Ambientais e Gestão do Território; e (v) Língua Inglesa. Na faculdade ainda temos: 2 programas de pós-graduação com mestrado acadêmico (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade e Programa de Pós-Graduação em Geografia); 2 programas com mestrado acadêmico e doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Social e Programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais); 3 mestrados profissionais em parceria com outras instituições (Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) e Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT).

Destacamos que o curso de Pedagogia é oferecido desde o 2º semestre de 1994. É oferecido nos turnos matutino e noturno. Contamos, no Departamento de Educação, responsável pelo curso, com 54 professores-mestres e doutores. Em relação aos alunos, segundo o censo da UERJ/2023, entraram 267 alunos na Faculdade de Formação de Professores (FFP/UERJ), sendo 78 para o curso de Pedagogia e 56 para curso de Letras.

A quadrangular formação na FFP

Tenho 31 anos de histórias de formação e de vida na FFP dos 50 anos comemorados em 2023. Mais da metade do tempo de existência desta conceituada e querida instituição que tanto corrobora para a profissional que sou hoje. Neste tempo entre tempos há um encontro quadrangular, fazendo uma analogia aos quatro cursos na Educação Superior realizados na FFP. Dois destes realizei regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 5692/71 e os outros dois pela LDB 9394/96 que está em vigência. Portanto, a minha caminhada acadêmica será abordada pelas narrativas contendo o entrelaçamento quadricular formativo em nível superior e a mudança na legislação para o ensino superior na formação de professores no Brasil, durante os períodos percorridos.

Geometricamente, podemos dizer que a figura quadrangular tem quatro ângulos, na qual para cada ângulo existe medida da abertura entre dois segmentos de reta. É um conjunto de pontos situados entre duas semirretas de mesma origem. Analogicamente, a origem aqui trata-se da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. A quadrangular formação refere-se ao início de uma destas retas na Graduação em Letras (Português / Inglês) em 1992. Na sequência, há a abertura para a segunda reta, com o ingresso na primeira turma de Pós-graduação (lato sensu) em Língua Portuguesa, no ano de 1996. O ponto inicial da terceira acontece em 2020, com minha inserção no Mestrado acadêmico do programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais. Fechando os ângulos das semirretas que figuram estas formações, na quarta e última reta, em 2022, entro para o Doutorado do mesmo programa do Mestrado.

Em 1992, após aprovação no vestibular, iniciei o curso de Letras na FFP/UERJ, instituição na qual eu idealizava estudar e ampliar meus conhecimentos. Minha mãe era professora e trabalhava no Colégio Estadual Walter Orlandine, prédio vizinho à FFP, quando eu ia neste local ficava olhando a faculdade e me imaginando lá. Nesse período vigorava a LDB 5692/71 e os cursos superiores tinham as suas propostas de formação. Portanto, minha formação superior não esteve sob a égide de nenhuma das resoluções neste estudo apresentadas. Cabe ressaltar que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para formação de professores foram elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para atender a regulamentação da Lei 9.394 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, na qual voltou-se a discutir que a formação de professores seria na universidade.

Lembro da minha felicidade no 1º período, toda segunda-feira, das 16 às 18 horas, em participar das aulas de Psicologia, pelas teorias vinculadas às atividades práticas, das quais muitas reverberam ainda hoje em minhas

atividades como docente. Como foi mencionado anteriormente, a proposta de formação era pioneira, pois desde o 1º semestre do curso tínhamos em nossa grade curricular disciplinas de formação pedagógica como Filosofia e Sociologia por dois períodos, além das específicas de cada área. Esta organização é anterior à determinada pela Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CP n. 1/2002. O objetivo do curso era/é formar professores para atuar nas escolas de ensino fundamental e médio, lecionando as disciplinas Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas respectivas literaturas. Ressalto que a LDB 5692/71 nomeava o ensino fundamental (do 1º ao 9º ano) de 1º grau (da 1ª a 8ª séries) e a alfabetização acontecia anteriormente a esta etapa. O ensino médio era chamado de 2º grau.

Meus conhecimentos nas Línguas Inglesa e Portuguesa, que aconteciam durante os 8 períodos do curso, assim como, nas quatro Literaturas (Brasileira, Portuguesa, Inglesa e Norte Americana) cursadas, que aconteciam em 4 períodos cada uma delas, foram potencializados. Eram muitas leituras e seminários a serem apresentados nos respectivos idiomas. Portanto, no decorrer da graduação em licenciatura, eu já trabalhava em algumas escolas com turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, logo teoria e prática educativa já caminhavam simultaneamente.

Quando a UERJ completou 20 anos eu estava no segundo ano da Graduação e teve um show maravilhoso com Danilo Caymmi e Daniel Jobim no auditório da FFP. Nesta instituição, além de muitos estudos, aprendizados e conhecimentos, também estabeleci vínculos de amizade que se eternizam em momentos inesquecíveis e até os dias atuais. De modo especial, minha amiga e eterna dupla da turma de Doutorado, com quem divido este artigo. Até o meu marido eu conheci na fila de matrícula.

Ingressei imediatamente após a conclusão da graduação, mediante aprovação em processo seletivo nesta mesma instituição, na primeira turma de Pós-Graduação (lato sensu) em Língua Portuguesa, no ano de 1996. Foi um ano difícil para mim com a partida da minha mãe para outro plano. Os professores perceberam que algo estava acontecendo e tive um acolhimento muito fraterno, como aquela amorosidade da qual Paulo Freire fala, que me deu forças para eu terminar este curso. Mais uma vez, a FFP me ensinando a ser docente pela condução de seus professores e até membro da secretaria, mesmo sem ter este propósito naquela situação. Refiro-me ao olhar atento e a escuta sensível que Paulo Freire (2002) considera que o ensino exige.

Entre o final da minha Graduação em 1995 e a entrada no Mestrado em 2020, passaram exatamente 25 anos. Neste tempo, houve mudanças como na estrutura física do prédio da FFP. Aconteceu uma amplitude de espaços para contemplar o aumento de cursos ofertados, conseqüentemente, de profissionais

e estudantes. O Palácio de Cristal onde fazíamos festas e acontecia a cada eleição apuração de votos de várias seções eleitorais da cidade tornou-se uma biblioteca. As leis que regem a Educação em nosso país também mudaram. Durante a Graduação e Pós-Graduação lato sensu (1992 e 1996) a legislação em vigor, a LDB 5692/71, que tinha o caráter de formação de professores tecnicista, que procurava aplicar a teoria e técnicas para solução de problemas da prática docente. Saliento que a LDBEN 9394 foi promulgada em 20 de dezembro de 1996. Logo, estudei todo curso da Pós-Graduação em 1996 na vigência ainda da LDB 5692/71.

Sobre a racionalidade técnica, Schon (2000, p. 39) afirma que:

Baseia-se na visão objetivista da relação do profissional de conhecimento com a realidade que ele conhece. Nessa visão, os fatos são o que são e a verdade das crenças passível de ser testada estritamente com referência a eles. Todos os desacordos significativos são solucionáveis, pelo menos em princípios, tomando-se como referência. Todo conhecimento profissional baseia-se em um alicerce de fatos.

A atuação docente não pode ser reduzida a aplicação de um conjunto de teorias, técnicas. É necessário considerar as trajetórias dos sujeitos envolvidos ou não no processo educacional, em todo o ambiente que circundam as pessoas daquele espaço, considerando as vivências e experiências de cada um. Desde o meu primeiro curso na FFP observo que a instituição considera os processos formativos constituídos social e historicamente como um exercício político, consciente e crítico para mudança da realidade.

A LDB foi citada pela primeira vez na Constituição de 1934, mas, somente em 20 de dezembro de 1961 foi publicada, pelo presidente João Goulart. A primeira LDB é a lei nº 4.024/61 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O capítulo I destina-se ao Ensino Superior constando no artigo 66 que “o ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário”. (BRASIL, 2023). O capítulo II trata das universidades explicitando no artigo 79 que “as universidades constituem-se pela reunião, sob administração comum, de cinco ou mais estabelecimentos de ensino superior vetado”. (BRASIL, 2023). Em ambos os artigos houve a revogação pelo Decreto-Lei nº 464, de 1969, que estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Em 11 de agosto de 1971, em pleno regime militar, foi promulgada a LDB nº 5692/71 que reestruturou o que era primário e secundário para 1º grau, o que nomeamos na atualidade de Ensino Fundamental, e o 2º grau que é hoje o Ensino Médio. Esta última modalidade passou a ter como principal objetivo a

profissionalização. Em curto e médio prazos, todas as escolas públicas e privadas desse nível deveriam tornar-se profissionalizantes.

A segunda LDB 5692/71 fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, não havendo capítulo algum sobre o ensino ou educação superior. Portanto, a lei nº 5.540/68 é que fixa algumas normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média durante a vigência desta. No capítulo I do Ensino Superior, o artigo 1º menciona que “o ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário”, assim como consta na LDB nº 4.024/61. Enfim, capítulos e artigos da lei nº 5.540/68 foram revogados somente pela LDB em vigor, a lei nº 9.394, de 1996.

A terceira e atual LDB, a lei nº 9394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional dispondo o capítulo IV à educação superior, de forma mais ampla e detalhada do que as LDB anteriores, contendo 14 artigos sobre a regulamentação deste nível escolar. O artigo 43 elenca as finalidades da educação superior. Elenco a seguir algumas que diretamente estiveram presentes na minha formação na FFP.

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; (BRASIL, 2023)

Estas finalidades são fundantes para a formação integral do indivíduo, principalmente quando se trata de educadores que propiciam processos formativos de e para outras pessoas. Porém, são bem desafiadoras, pois, o nosso sistema educacional é complexo e nosso país é bem extenso territorialmente, o que acarreta um número grande de diversidade social, econômica, cultural, dentro outras. São necessários suportes das unidades administrativas da Educação de todas as esferas, mas também, de outras áreas, como da segurança, por exemplo, para que a escola/universidade possa atender as demandas existentes e alcançar de modo mais satisfatório o que foi previsto. De forma geral, nas possibilidades existentes, me parecem bem definidos e presentes, a partir das finalidades explicitadas, os planejamentos, propostas e execuções dos cursos da FFP/UERJ nas abordagens teóricas, práticas e reflexivas que nos tornam mais conscientes de nossos papéis enquanto educador e na sociedade.

Ao retornar para realizar os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (2020 e 2022) a LDB que vigora é 9394 de 20 de dezembro de 1996. Meu caminhar pela educação é entrelaçado com a leitura e pelas considerações a respeito de minhas próprias questões, principalmente provenientes de minhas práticas docentes, aos que se dedicam ao ensino de leitura. Logo, resolvi pesquisar sobre a questão.

Em 2020, retorno a esta querida instituição, após processo seletivo, para cursar o Mestrado em Educação. Só tive uma semana de aula presencial, pois aconteceu a pandemia da Covid 19. A dedicação e reinvenção, principalmente da didática, por parte dos professores, e o avanço da tecnologia nos mostraram novos caminhos para continuar os estudos no momento em que o mundo parou e as pessoas tiveram que se isolar. Apesar deste triste episódio na história da humanidade, encontrei um caminho de descobertas ao ser professora pesquisadora com muito orgulho e felicidade ao defender minha dissertação.

A dissertação de caráter qualitativo, vem construindo na contemporaneidade uma trajetória nas ciências sociais e humanas, em que buscamos espaços de fortalecimento de práticas dos sujeitos envolvidos fundamentando-as com os referidos suportes teóricos metodológicos, constituindo um caminho promissor para nos engajarmos em processos que busquem flexibilidade de vida e formação, transformação social, por meio das narrativas e das experiências vivenciadas. Segundo Josso, "para compreender a construção da experiência, devemos considerar três modalidades de elaboração: 'ter experiências'...'fazer experiências'...'pensar sobre as experiências'..." (JOSSO, 2010, p. 51). Desta forma, as narrativas são construídas, centradas em vivências (ter), nas práticas (fazer) e nas reflexões (pensar) sobre estas.

Para Josso (2010), a partir do que foi observado, sentido, experimentado e vivido, podemos transformar tais acontecimentos em sabedoria de vida e significativas experiências que podem enriquecer as práticas pedagógicas no cotidiano escolar. Durante o Mestrado, estudei e refleti muito sobre este conceito de experiência. Submeti, tive aceite e apresentei trabalhos para revistas, congressos, seminários, anais, e-books, entre outros. Um universo novo enquanto pesquisadora, mas, no qual continuo envolvida e produzindo.

Em 2022, retorno a FFP de forma híbrida (com aulas presenciais e online) como doutoranda em Educação, com o desejo de ampliar o debate iniciado na pesquisa de Mestrado, buscando desta vez uma interseção entre Formação de Professores, Educação Matemática, Literatura e Narrativas, ressaltando que tanto a leitura quanto a matemática estão presentes em nossa vida cotidiana nos possibilitando resolver questões de diferentes âmbitos. A tese está em construção, no momento. É interessante interligar os conhecimentos e as áreas

de ensino ao invés de fragmentá-las, assim como, aproximar as Universidade das escolas da Educação Básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. Fiz anteriormente um breve histórico sobre o percurso da LDB na Educação Superior, porém, existem documentos provenientes, como a Resolução CNE 02/2019 que aborda de forma específica a formação de professores que será tratada a seguir.

Enfim, compartilho o meu olhar de professora e pesquisadora no que tange as transições nas legalizações pelas quais eu passei como estudante, profissional e pessoa para salientar que mesmo com as mudanças, que fazem parte da vida, os conhecimentos se solidificaram e só se ampliam e multiplicam no nível da Educação Superior que cursei toda na FFP/UERJ.

Já completei bodas de prata (25 anos) na FFP, mesmo com as lacunas de tempo existentes entre um curso e outro. Mas, uma vez urjeniana, sempre urjeniana. Agora, estou imensamente feliz, em comemorar as bodas de ouro (50 anos) deste centro de Formação de Professores que luta pela riqueza dos valores dos conhecimentos e não da cobiça. Que luta pelo brilho de uma educação para todos e não ofuscada por classes. Que luta pelo metal precioso da sabedoria e não da desinformação. Viva FFP/UERJ!

A Trílice Formação na FFP

Em 2013 após aprovação no vestibular da UERJ, inicio o curso de Pedagogia na Faculdade de Formação de Professores. A primeira de uma grande família a ingressar, permanecer e formar em uma instituição de ensino superior pública. O dia da colação de grau representou um marco, um divisor de águas na minha vida, como diria Josso (2010) um momento charneira, pois representa um triunfo na minha vida no qual reverberava todos os processos formativos desta jornada.

Falar do meu percurso formativo nesta instituição é trazer os marcos na formação de professores e as marcas dos acontecimentos. É sabido que a atual Resolução CNE 02/2019 que foi aprovada em dezembro de 2019 revoga a Resolução CNE 02/2015 e seus avanços.

Porém, no decorrer do meu processo formativo do ensino superior que de seu entre os anos de 2013 e 2017, o curso de Pedagogia estava sob a égide da Resolução CNE 02/2002 que se caracterizava por submeter a formação de professores a uma visão utilitarista e instrumental de conhecimento, reduzindo a organização curricular ao conceito de competências. Algo bem semelhante ao

que temos atualmente na Resolução CNE 02/2019, que ainda não foi implementada na FFP.

A proposta da Resolução CNE 02/2002 buscou romper com o modelo de formação docente 3+ 1 que significa uma formação com três anos de conhecimentos específicos e um ano de disciplinas do campo pedagógico. Mas o que acontecia na prática universitária de modo geral era diferente.

Gatti et al (2019) salientam que é necessário integrar a formação disciplinar com a formação educacional com o Estágio desde o início da licenciatura, mas na verdade o que acontece, segundo a autora, é que a proporção de metodologia ultrapassa a questão das práticas de formação “no modelo que se consagra com formação quantitativamente superior nas áreas de conhecimento, e, formação menos enfatizada nas questões pedagógicas: o chamado modelo 3+1” (GATTI et al, 2019, p. 23). O que significa dizer que é uma formação de três anos de intensa aplicação teórica metodológica e apenas um ano designado à formação para ser docente na educação básica.

Diante do exposto, afirmo que a universidade ainda vivia o modelo mencionado acima, mas por ter me dedicado a ser protagonista da minha formação, segui rotas que na maioria das vezes era desconhecida pelos graduandos. Por isso meu caminho foi diferente, ou seja, eu vivenciei a escola antes mesmo de cursar a disciplina obrigatória de Estágio. Abaixo narro esses trajetos.

Durante a graduação percorri um caminho que me permitiu ser protagonista dos processos vivenciados, tecendo assim meu pertencimento à comunidade acadêmica. Fui bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), um programa que disponibiliza bolsas de iniciação à docência aos graduandos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que se comprometam com o exercício da docência na rede pública quando formados. Seu principal objetivo é a aproximação entre Escola Básica e Universidade e o incentivo para viver a docência. Ainda na graduação almejei outros objetivos e caminhei em direção ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), um programa de apoio a políticas de iniciação científica desenvolvida nas instituições de ensino e/ou pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica. Seu principal objetivo é estimular o desenvolvimento do pensamento científico e estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação. Atuar na iniciação científica fez toda a diferença para continuar na Academia, pois de fato despertou o desejo para investigar a formação de professores, sobretudo no que tange a temática dos professores iniciantes e para isso eu precisava continuar estudando

e aqui estou no curso de Doutorado em Educação instigada também por esses movimentos do PIBIC.

Durante toda a graduação a legislação vigente era a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96). Tal marco na história da educação brasileira se deu por conta do movimento dos educadores nas décadas de 1980 e 1990 pela valorização da Formação de Professores. A implementação da LDB 9394/96 que se encontra ainda em vigor, estabelece em seu artigo 61:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (BRASIL, 1996)

Após a promulgação da LDB 9394/96, vimos uma procura elevada nos cursos de formação de professores nas Instituições de Ensino Superior privadas; assim, Gatti (2012) destaca que 80% dos professores da Educação Básica atualmente foram formados por instituições privadas e 20% dos professores formados por instituições públicas do país.

Fontoura (2011, 2019, 2022) destaca que formar professores é uma tarefa importante de construção pessoal e social que busca tensionar e significar a prática docente. Por isso, na formação de professores, o momento essencial é o da reflexão crítica sobre a prática, afinal os professores/as da Educação Básica não devem ser restringidos e/ou rotulados a meros reprodutores de saberes, pois eles são construtores de conhecimento, pois constroem teoria através da prática, ao fazer emergir diversos conhecimentos na prática docente como afirmam Leite e Fontoura (2017).

Para Fontoura e Tavares (2020), essa formação se configura ao concebermos os processos de formação como processos éticos e estéticos a serem (re)criados diariamente, nos quais as dinâmicas de subjetivação das professoras possam circular e se (re)criar, sendo nutridas, apropriadas e aprofundadas pelos próprios diferentes sujeitos em formação. Se temos a noção de que há uma disputa de projeto de sociedade no atual cenário do país, que para tal faz-se indispensável uma educação para justiça social e emancipatória na acepção freireana, precisamos complexificar os manuais que padronizam e controlam o fazer docente, transformando as professoras em ledoras de manuais e assim as fazendo abrir mão da sua consciência crítica e de sua autoria.

Em 2015 cursei a disciplina de Didática com minha atual orientadora do Doutorado. Confesso que naquela época já almejava cursar o Mestrado, mas

ainda sem muitas certezas e conhecimentos do que de fato representava tal curso. O tríplice presente que Ricoeur (2007) destaca estão contidos nesta caminhada, pois ao compor estes retalhos biográficos no presente, posso rememorar o passado e imaginar o futuro. Em um passado recente, mais precisamente em 2019 retornei à minha segunda casa como mestranda-professora iniciante- pesquisadora-narradora e fui me constituindo Mestra nos meus (per)curso formativos que me impulsionaram a continuar sonhando e buscando desafios.

Em 2022, início o Doutorado em Educação na FFP/UERJ, assim relato que esta instituição representa a tríplice formação e assim estou trilhando meu mais novo caminho e escrevendo novas páginas da minha história de vida e formação para reflexão da professora que estou a me reconstituir. Afinal, minha projeção de futuro é que eu venha a ocupar o lugar de professora na Academia e por que não iniciar este processo na FFP/UERJ? Os processos de formação que me marcam, possibilitam recorrer às recordações-referências (JOSSO, 2010), representações e compreensões que fui tecendo sobre docência e sobre ser professora ao longo da minha existência. Sendo assim, pensar minha formação docente nessa perspectiva torna possível a reflexão de mim enquanto sujeito e da profissão na docência em ato. Nas palavras de Josso (2010, p. 37),

falar de recordações-referências é dizer, de imediato, que elas são simbólicas do que o autor compreende como elementos constitutivos da sua formação. A recordação- referência significa, ao mesmo tempo, uma dimensão concreta ou visível, que apela para nossas percepções ou para as imagens sociais, e uma dimensão invisível que apela para nossas emoções, sentimentos, sentido ou valores. A referência-recordação pode ser qualificada de experiência formadora, porque o que foi aprendido (o saber- fazer e os conhecimentos) serve, daí para a frente, quer como referência a numerosíssimas situações do gênero, quer como acontecimento existencial único e decisivo na simbólica orientadora de uma vida.

A inspiração para esta escrita tem sua base nos processos experienciados ao longo do meu percurso de vida e formação, intensificando-se deste lugar que narro enquanto professora iniciante, doutoranda e pesquisadora que deseja continuar contribuindo para ampliar o debate e colaborar com os estudos na área da Formação de Professores, sobretudo na temática dos professores iniciantes que se faz insurgente no cenário atual.

Ao olhar para trás percebo meu desenvolvimento enquanto pesquisadora que está em constante formação nesta renomada instituição de ensino e que desde a graduação aspirava alçar novos voos, literalmente. Na atual crise da humanidade, em que cada vez mais a dimensão humana vai se esvaindo, torna-se imprescindível narrar o quão importante foi perceber e receber o apoio e

parceria num movimento de crescimento que vivenciei com todas as três professoras orientadoras (da graduação, do mestrado e do doutorado).

Quando ainda estava perdida na escrita da monografia e sem orientadora, apareceu-me uma professora que me fez entender o potencial da pesquisa que gostaria de desenvolver, mas que ainda não tinha maturidade para tal. A partir desta trajetória fui me fortalecendo até encontrar-me com minha orientadora do Mestrado que potencializou minhas qualidades, me enxergou para além do que os olhos podem ver e que fez meus processos desabrocharem. Neste ano de 2023, continuo minha trajetória formativa caminhando ao lado da minha orientadora no Doutorado e juntas vamos constituindo a pesquisa da tese de Doutorado em desenvolvimento.

Viver a FFP ao longo desses 10 anos de história me oportunizou conhecer, conviver e re(encontrar) pessoas importantes na minha jornada de vida. Em especial minha amiga e companheira de turma de doutorado e minha orientadora do doutorado com quem divido este artigo.

Espero continuar fazendo o que sempre fiz nesta instituição de prestígio desde a graduação: estudando, me formando, contribuindo com as pesquisas no campo da Formação de Professores, sobretudo na temática dos saberes didáticos produzidos e reconhecidos pelos professores iniciantes. Desta forma, representando a instituição e o programa de Pós-Graduação contribuindo com o tripé: Programa, Formação e Impacto, almejando sempre uma devolução a sociedade de tudo o que venho produzindo.

Docência na graduação e pós-graduação

Em 2014, passo a fazer parte do Departamento de Educação como docente para trabalhar com Didática e Estágio Supervisionado no Curso de Pedagogia e nas Licenciaturas. É marcante o empenho das professoras do DEDU em garantir o direito à educação de qualidade e ao respeito a diferença dos estudantes e profissionais da unidade.

O Curso de Pedagogia e demais licenciaturas ainda estavam sob as normas das Diretrizes Curriculares de 2002, porque houve o adiamento da implementação das DCN/2015 por duas resoluções a CNE/CP n.1/2017 e a CNE/CP 03/2018. Vivenciei um curso de Pedagogia que prezava pela valorização docente, parceria com as escolas de São Gonçalo e a articulação com a produção de pesquisa com os grupos de pesquisa da FFP.

Sou professora de Didática e Estágio Supervisionado, mas abordarei sobre as aulas de Didática, uma das disciplinas do “módulo pedagógico[1]” – é uma forma da FFP de organizar o currículo de modo que os estudantes tenham

desde o início do curso disciplinas específicas como também pedagógicas. Assim, o Departamento de Educação oferece algumas disciplinas, enquanto os cursos (Matemática, Letras, Biologia, História e Geografia) ficam responsáveis pelas aulas de metodologia dessas áreas específicas para a Pedagogia. Nas aulas de Didática, abordo a perspectiva intercultural crítica (CANDAU, 2020, p.38) que aponta uma educação “para o reconhecimento do ‘outro’, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais, [...] favorecendo a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente incluídas.”

Concordo com Candau (2012) que em um curso de formação de professores a discussão da diversidade não poderia ficar de fora da temática a ser abordada. Por isso, nas aulas de Didática na FFP, os estudantes das licenciaturas têm a oportunidade de estudar a proposta de educação intercultural (CANDAU, 2012), refletindo sobre 4 categorias desenvolvidas pela autora, são elas: sujeitos e atores, práticas socioeducativas, políticas públicas, e saberes e conhecimentos.

Em relação a categoria “Sujeitos e Atores” abordamos com os estudantes da licenciatura que as diferenças culturais, de gênero, físico-sensoriais, étnicas, religiosas, de contextos sociais de referência, de orientação sexual, entre outras estão presentes na escola. Não dá mais para ignorá-las do processo de ensino-aprendizagem, não dá mais para nos prendermos a uma visão idealizada dos alunos, considerando que todos são homogêneos e uniformes. Basta olharmos para qualquer sala para percebermos a inadequação dessa perspectiva. Nas aulas refletimos sobre a diferença como potencialidade de cada ser humano, bem diferente do que a maioria das pessoas pensam como déficit cultural, deficiência ou anormalidade. Longe disso!

Discutimos com os licenciandos que a educação intercultural pretende fortalecer as identidades plurais, abertas e dinâmicas, em constante construção. Em nossas sociedades vivemos no processo de hibridização cultural intenso, o que supõe que as culturas não são puras. Na FFP, temos licenciandos que são os primeiros de sua família a frequentar o Ensino Superior, por isso, é tão importante nas disciplinas, como a Didática oportunizar o resgate das histórias de vida dos sujeitos e das comunidades como forma de ampliar o contato com a diferença.

Outra categoria são as “Práticas Socioeducativas”, em consonância com a anterior, buscam romper processos de ensino homogeneizadores que inviabilizam e ocultam as diferenças, reforçando o caráter monocultural das culturas escolares. Por isso, Candau (2020) defende a diferenciação pedagógica que não é uma proposta nova, mas como a autora aponta inclui as distintas expressões culturais na escola, pensando em outras formas de trabalhar,

considerando os aspectos psicológicos, relativos aos ritmos e estilos de aprendizagem, que não são contemplados pelo ensino frontal.

Candau (2012) já apontava que precisávamos trabalhar com as diferentes linguagens e mídias nas práticas educativas. A cultura digital e midiática tem configurado subjetividades, provocando novas formas de desenvolvimento da cognição e favorecendo lógicas diferenciadas de construção de conhecimentos.

Na terceira categoria “Saberes e Conhecimentos” é importante reconhecer a existência de diversos saberes e conhecimentos no cotidiano escolar e procurar estimular o diálogo entre eles, assumindo os conflitos que emergem dessa situação. Nas aulas refletimos com os estudantes que cada vez mais é “reconhecido a presença nas relações sociais e educativas de diversos conhecimentos, produções dos diferentes grupos socioculturais, referidos às suas práticas cotidianas, tradições e visões de mundo” (CANDAU, 2020, p. 28).

Complementando a visão de Candau, nas aulas tenho buscado a prática do diálogo (FREIRE, 1986), concebendo-a como uma postura necessária na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres humanos criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e re-fazem. A postura dialógica traz a abertura, em certa medida a novas interpretações e desenvolvimentos do conhecimento desses objetos, possível pela troca e experiências e informações entre alunos e professor.

A quarta categoria “Políticas Públicas” considera o contexto político social em que o processo de ensino-aprendizagem está inserido. Na universidade, os estudantes vivenciam as políticas de ação afirmativa, como por exemplo a política de cota, implementada primeiramente na UERJ. Em 2023, completamos 21 anos de ação afirmativa na UERJ. O Programa de Ação Afirmativa nas universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro regulamentada pela Lei n. 8121/2018 garante vagas para as pessoas que comprovem hipossuficiência socioeconômica (alunos de rede pública, minorias étnicas, pessoas com deficiência e filhos de policiais civis e militares). (UERJ, 2020)

Os estudantes do programa de ação afirmativa têm direito a Bolsa Permanência durante o curso com apoio de material didático e Passe Livre Universitário para residentes no município do Rio de Janeiro. Desde janeiro de 2023[2], os licenciandos têm seu nome social incluído em todos os documentos na universidade.

Portanto, na vivência universitária e nas aulas, os licenciandos refletem, discutem e pensam na elaboração de aulas para seus futuros alunos sobre as políticas educativas e seus desdobramentos no processo de ensino-

aprendizagem. Quanto à participação no processo de reformulação curricular juntamente com outros professores da Pedagogia para se adequar a Resolução CNE/CP n. 2/2015. Foi um momento de muitas discussões no Departamento que nos provocaram a repensar a nossa concepção de docência, estágio e formação de professores.

Destacarei três mudanças curriculares na proposta do Curso por considerá-las marcantes, são elas: organização do curso por eixos curriculares, os estágios supervisionados e o Seminários de Articulação Temática (SAT).

O Curso de Pedagogia passou a se organizar em três eixos curriculares totalizando 3.470 horas, a saber: 1) Formação e Prática Docente; 2) Linguagens e Educação; e o de 3) Política e Gestão. O primeiro eixo é constituído de componentes curriculares que buscam oferecer ao estudante conhecimento sistematizado e pedagógicos especializados que auxiliarão no fazer docente. O propósito é trazer questões do *fazer docente* para que professores e alunos juntos possam analisar e refletir, buscando soluções para os problemas de ensino, aprendizagem e de gestão. O eixo de Linguagens e Educação é forjado por componentes curriculares de Alfabetização, Educação Infantil, Literatura, Tecnologias, Arte e Ludicidade. Busca-se nesse eixo a ampliação cultural dos futuros professores, que possam desenvolver e potencializar as potencialidades de “expressão, comunicação, interação e produção de sentidos, entrelaçando sensibilidade, racionalidade, corporeidade no cotidiano escolar e nas práticas pedagógicas”. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022, p. 12). O eixo Política e Gestão compreende os componentes curriculares que discutem as organizações do Estado e das políticas públicas refletindo sobre a organização dos sistemas de ensino e da gestão educacional no contexto brasileiro.

A partir da avaliação dos estudantes e dos docentes, os estágios supervisionados passaram a ser oferecidos desde o 3º período abrangendo os campos: Estágio 1 – Espaços não escolares; Estágio 2 – Educação Infantil; Estágio 3 – Ensino Fundamental – Anos Iniciais; Estágio 4 – Gestão; Estágio 5 – Educação de Jovens e Adultos; Estágio 6 - Ensino Médio, modalidade Normal, totalizando 420 horas.

Esses componentes oportunizam os licenciandos analisarem, refletirem e proporem soluções para os problemas encontrados na atuação do Pedagogo. Os estágios são campos de produção de conhecimento, não só de aplicação do que os licenciandos aprenderam na universidade, mas um espaço de investigação e proposição de transformação da realidade em que estão inseridos.

No Estágio Supervisionado III tenho percebido que os licenciandos estabelecem relações de suas práticas com saberes didáticos, propõem

atividades contextualizadas culturalmente e de interesse dos estudantes com os quais realizam as atividades. Eles têm demonstrado capacidade reflexiva a partir das experiências vividas, confirmando que estão em um processo de mudança e de (re)construção da identidade e dos saberes docentes. Neste Estágio o foco é a formação de professores no Ensino Médio. Percebo nos relatórios, o quanto os licenciandos articulam os conhecimentos dos outros componentes curriculares, por exemplo o trabalho com crianças com necessidades especiais. Leite e Ponciano (2021) destacam que uma estudante esteve atenta às diferenças na sala de aula, buscando ajustar o processo de ensino às necessidades de aprendizagem de seus alunos, trazendo materiais e intervenções pertinentes. Percebemos uma articulação de conhecimentos das licenciandas com a Didática Intercultural crítica, em que as diferenças não são vistas como problema para a intervenção pedagógica, mas pelo contrário, eles veem a individualidade de cada estudante e suas potencialidades.

Por fim, a interdisciplinaridade e a articulação entre os componentes sempre estiveram presentes nos propósitos dos docentes; por isso, na reformulação curricular criamos os Seminários de Articulação Temática (SAT). Esse componente perpassa todo o Curso de Pedagogia sob a responsabilidade de dois docentes, com carga horária de 30 horas semestrais, para atividades de aprofundamento de uma área, articulando-as com os três eixos do curso e com os componentes do período. Garcia e Leite (2019, p. 574), ressaltam que as articulações e “as discussões propostas em cada semestre em torno de temáticas mais amplas, atuais e relacionadas às interlocuções com as redes, espaços educativos não escolares e pesquisas dos diferentes campos de atuação”.

Enfim, tem sido muito gratificante participar na constituição de uma proposta pedagógica para o Curso de Pedagogia, assim como, ministrar aulas para graduação e pós-graduação. Além disso, coordeno o grupo de pesquisa Tri-Vértice e desenvolvo projeto de Extensão intitulado: Rodas Virtuais: construindo conhecimento com as professoras dos anos iniciais. A extensão é uma das marcas da FFP, sendo a unidade com mais projetos da UERJ. Atualmente, com 70 projetos nas mais diversas áreas de conhecimento, como por exemplo: “Borda do mundo: poéticas em pano estendido”; “Cartas entre educadoras(es) das infâncias: compartilhando desafios da prática”; “Clube de leituras Coletivo Memorar”; “ECOAR: Educação, Corporeidade e Artes”; “Leitura na CORDELTECA da FFP”; “Ler é bom pra Cachorro!”; “Letrajovem: oficinas de língua portuguesa na perspectiva dos letramentos críticos para crianças, adolescentes e adultos em situação de vulnerabilidade social”; “Realidade virtual e aumentada em auxílio ao letramento geográfico” e “Rodas Virtuais: somando experiências, produzindo conhecimentos com professoras”, dentre outros. Esses

são alguns dos projetos de extensão que contribuem com o entorno da Faculdade, do município de São Gonçalo e cidades próximas.

Palavras finais...

As narrativas deste trabalho retratam épocas diferentes de vínculos com a FFP que se entrelaçam e cruzam no tempo presente. Buscamos abordar, pelas partilhas de nossas experiências, os nossos processos epistemológicos, biográficos e profissionais oriundos desta instituição, mostrando assim, como nos formamos, e conseqüentemente, por quem fomos formados. Como seres aprendentes, ao longo do nosso caminhar, por meio de passos reflexivos e transformadores, mudamos de forma consciente, sempre que necessário, os nossos modos de fazer e ser no percurso pedagógico.

Percebemos também que a educação e a formação de professores foram a tônica das três narrativas, pois nossos processos formativos foram marcados pelas lutas em defesa ao direito à educação e à elevação da qualidade da formação, em uma perspectiva democrática e emancipatória.

As políticas de Formação de Professores continuam deixando suas marcas na trajetória da área e intensificam em tempos de desmonte e retrocesso da profissão docente. Corroboramos com Nóvoa (2019) quando aponta que a formação de professores é um espaço central na defesa da escola pública e da profissão docente. Por isso, torna-se imprescindível que a formação de professores/as não seja reduzida apenas às disciplinas, a ensinar ou às técnicas pedagógicas tão presentes na Resolução CNE 02/2019. O oposto das vivenciadas pelas três educadoras.

Consideramos a necessidade do retorno a valorização dos profissionais de educação traduzido na incorporação dos princípios formativos articulados na Resolução CNE 02/2015, que estabelecia a valorização dos profissionais da educação, suas condições de trabalho, planos de carreira e remuneração digna.

Notamos que as três narrativas se aproximam da perspectiva de Passeggi (2016) que defende que o professor é um adulto em formação, é um ser repleto de experiências, capaz de refletir e aprender com e sobre estas. Logo, nos colocamos como educadoras aprendentes, capazes de compreender nossa historicidade que se realiza ao longo de nossas vidas, em todas as circunstâncias, produzindo teorias e conhecimentos sobre os modos de fazer, de ser e de aprender. Por estes motivos, acreditamos que uma formação de professores voltada para processos reflexivos será um diferencial para o futuro da profissão docente, conseqüentemente para o futuro da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. LDB – **Lei nº 9394/96, de 20 dez. 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 20 dez. 1996. Disponível em: [L9394](http://planalto.gov.br/leis/L9394) (planalto.gov.br). Acesso em 03 abr. 2023.

BRASIL. **Resolução nº1/2002, de 19 fev. 2002**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena de formação de professores da Educação Básica em nível superior. MEC: Brasília, 2002.

BRASIL. **Resolução nº 2/2015, de 1º jul. 2015**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível Superior. MEC: Brasília, 2015.

BRASIL. **Resolução nº 2/2019, de 20 dez. 2019**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). MEC: Brasília, 2019.

BRASIL. LDB – **Lei nº 4.024/61, de 20 dez. 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 20 dez. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 21/04/23.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de nov. 1968**. Fixa Normas de Organização e Funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média. Brasília: 28 nov. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em: 21/04/23.

BRASIL. LDB - **Lei nº 5.692, de 11 de ago. 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Brasília: 11 ago. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 21/04/23.

CANDAU, Vera Maria (org). **Didática crítica intercultural**: aproximações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CANDAU, Vera Maria. **Didática, Interculturalidade e Formação de professores**: desafios atuais. Revista Cocar. Edição especial, n.8, jan-abr, 2020, p. 28 – 44.

FONTOURA, Helena Amaral; TAVARES, Maria Tereza Goudard. Conversações sobre formação docente e o papel de professores e professoras em tempos de incerteza. *In* FONTOURA, H. A.; TAVARES M. T. G. (Org.) **Processos formativos em tempos de incertezas**. Niterói: Intertexto, 2020. p. 10 - 21.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 25. ed., 2002.

GARCIA. Alexandra; LEITE, Vania. As políticas de formação docente e curriculares de um curso de pedagogia: em defesa da articulação de

conhecimentos e da produção coletiva. **Formação em Movimento**, v.1, n.2, p. 557-582, jul/dez, 2019.

LEITE, Vania Finholdt Angelo; PONCIANO, Gisele Rainha Ponte. Estágio supervisionado no curso de Pedagogia: discussões e análises de estratégias didáticas no enfrentamento da pandemia. **Revista Cocar**, v.15, n. 33, 2021, p. 1-19.

LEITE, Vania Finholdt Angelo; FONTOURA, Helena Amaral. Parceria entre universidade e escola básica: a experiência da Faculdade de Formação de Professores / UERJ. In Giseli Barreto da Cruz, Ana Teresa de C. C. de Oliveira, Maria das G. C. de A. Nascimento (organizadoras). **Ensino de didática: entre ressignificações e possibilidades** Curitiba: CRV, 2017. p. 103-120.

NÓVOA, Antônio. Entre a formação e a profissão: ensaio sobre o modo como nos tornamos professores. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 1, p. 198-208, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss1articles/novoa.pdf>. Acesso em 5 de mar. de 2023.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – Curso de Pedagogia, Faculdade de Formação de Professores – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. / Paul Ricoeur – tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/80697>. Acesso em 3 de fev. 2023.

SCHÖN, Donald. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000, 256p.

UERJ – **Relatório de Atividades, 2020**. Elaborado pela Pró-Reitoria 4 de Políticas e Assistência Estudantis, 2020.

Submissão em: 20 mai. 2023.

Aceite em: 05 out. 2023.

Bianca de Macedo Abreu

Doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais (FFP/UERJ/PPGEdu). Membro dos Grupos de Pesquisa: "Tri-Vértice: Formação de Professores, Didática e Educação Matemática", e "Formação de Professores, Processos e Práticas Educativas", ambos da FFP/UERJ. Pós-graduada em: Língua Portuguesa (FFP/UERJ); Supervisão e Administração Escolar (UCAM); Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância (UFF). Licenciada em Letras (FFP/UERJ), é professora da rede municipal de Niterói,

atualmente diretora adjunta da UMEI Jorge Nassim Vieira Najjar, e professora de Língua Inglesa, da rede municipal de São Gonçalo.

E-mail: biamacedoabreu24@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4308110683533027>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1460-4003>

ii **Flaviane Coutinho Neves Americano Rego**

Graduada em Pedagogia (FFP/UERJ), é mestre e doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGEDU/FFP/UERJ) Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Formação de Professores, processos e práticas pedagógicas (CNPq) e do Grupo de Pesquisa Tri-Vértice: Didática, Formação de Professores e Educação Matemática.

E-mail: flavicoutinho@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4459517303870532>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5441-3255>

iii **Vânia Finholdt Ângelo Leite**

Licenciada em Pedagogia, possui Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA) e Doutorado em Educação pela PUC-RIO. Professora Associada da Faculdade de Formação de Professores e do Programa de Pós-graduação em Educação: Processos formativos e desigualdades sociais (PPGEDU/FFP) da UERJ. Docente do Curso de Especialização de Educação Básica: Gestão Escolar (UERJ). Coordenadora Grupo de Pesquisa Tri-Vértice: Didática, Formação de Professores e Educação Matemática. Coordenadora do GT 4 - Didática da ANPed, (2019-2023), e segunda secretária da ANDIPE (2018-2022). Integrante da Comissão editorial da Revista Interinstitucional Artes de Educar e Revista Olhar do Professor.

E-mail: vfaleite@uol.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6179890911758494>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4583-7165>